



# **UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE**

## **Cooperativa de Trabalho Médico**

CNPJ – 44.863.959/0001-26

## **Demonstrações Financeiras**

**Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**





## UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE

COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ: 44.863.959/0001-26

### SUMÁRIO

<b>Relatório da Administração.....</b>	<b>02</b>
<b>Parecer dos Auditores Independentes.....</b>	<b>05</b>
<b>Balanco Patrimonial.....</b>	<b>08</b>
<b>Demonstração do Resultado.....</b>	<b>10</b>
<b>Demonstração de Sobras e Perdas.....</b>	<b>11</b>
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....</b>	<b>12</b>
<b>Demonstração de Fluxo de Caixa.....</b>	<b>13</b>
<b>Notas Explicativas.....</b>	<b>14</b>
<b>Termo de Responsabilidade Atuarial.....</b>	<b>52</b>
<b>Parecer do Conselho Fiscal.....</b>	<b>55</b>





## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no item 6.3.7, Capítulo I, do Anexo da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) nº 435, de 23 de novembro de 2018, a UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, com sede na Av. Cel. Jose Soares Marcondes, nº 3355, bairro Jardim Bongiovani, CEP 19.050-230, no município e comarca de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 44.863.959/0001-26 com registro na ANS sob o nº 31.579-6 apresenta seu Relatório de Administração, exercício 2021, conforme segue.

### POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE SOBRAS

Do resultado apurado deduzidos os impostos e fundos de reservas da sociedade cooperativa, conforme lei 5.764/71 foi colocada à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) que será realizada no dia 26/03/2021 a sobra contábil no valor de R\$ 5.020 (cinco milhões e vinte mil reais), conforme nota explicativa 26.

A proposta do Conselho de Administração foi pela distribuição do montante de R\$ 5.020 (cinco milhões e vinte mil reais).

### NEGÓCIOS SOCIAIS E PRINCIPAIS FATOS INTERNOS E/OU EXTERNOS QUE TIVERAM INFLUÊNCIA NA “PERFORMANCE” DA COOPERATIVA NO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Os resultados de 2021 foram menores do que em 2020, devido aos fatores abaixo citados:

1. Aumento do custo assistencial devido a demanda reprimida ocasionada em 2020 em função da pandemia COVID-19;
2. Continuidade dos gastos com a nova variante COVID-19 e com tratamento de sequelas derivadas da COVID -19, aumento dos custos dos insumos (materiais e medicamentos), maiores gastos com UTIs, representando 3% do custo assistencial anual;
3. Redução dos valores das contraprestações em virtude do reajuste negativo nos planos pessoa física.

Para suportar estas variações a gestão procurou manter os gastos reduzidos de OPEX e escalonou os gastos com investimentos.





### **REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS E/OU ALTERAÇÕES DE CONTROLE DIRETO OU INDIRETO**

Sendo uma sociedade cooperativa de trabalho o controle é democrático, não podendo nenhum cooperado (sócio), deter mais que 1/3 do capital social conforme prevê o artigo 24 § 1º da Lei 5.764/71, tendo cada cooperado direito a 01 (um) voto na Assembleia Geral Ordinária.

Houve entrada de 28 (vinte e oito) novos cooperados e desligamento de 13 (treze) cooperados, sendo que em 31 de dezembro de 2021 ficou em 542 (quinhentos e quarenta e dois) associados.

### **PERSPECTIVAS E PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO PARA O(S) EXERCÍCIO(S) SEGUINTE(S)**

A estratégia definida para o triênio 2021-2023, vem sendo cumprida, estando a Operadora aderente a exigência da RN 443 o que possibilitará solicitar o cálculo com metodologia própria do CBR – Capital Baseado em Riscos.

Todos os riscos são mapeados e as ações para mitigação são acompanhadas sistematicamente pelo conselho de administração.

Os principais aspectos e planos para o período de 2021/2023 são:

- 1) Manutenção e consolidação das estruturas de Governança criadas, com desenvolvimento e capacitação de novas lideranças.
- 2) Retomada dos investimentos em projetos que garantam a manutenção da liderança de mercado e qualidade dos serviços, envolvendo inovação em tecnologia e ampliação em recursos próprios.
- 4) Adotar medidas de adequação do custo assistencial e qualidade/resolutividade do atendimento ao paciente, buscando desenvolver novos modelos para remuneração com base no conceito Medicina Baseada em Valor;
- 5) Manter controle dos gastos com despesas administrativas.

### **DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS INVESTIMENTOS REALIZADOS, OBJETIVO, MONTANTES E ORIGENS DOS RECURSOS ALOCADOS, INCLUSIVE AQUELES VOLTADOS AOS PROGRAMAS DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO À SAÚDE**

Devido a pandemia da Covid-19 a cooperativa optou por quitar antecipadamente compromissos financeiros em virtude da imprevisibilidade econômica e mercadológica.





## **RESUMO DOS ACORDOS DE ACIONISTAS**

Item inaplicável à operadora classificada como cooperativa médica.

## **DECLARAÇÃO SOBRE A CAPACIDADE FINANCEIRA E A INTENÇÃO DE MANTER, ATÉ O VENCIMENTO, OS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS CLASSIFICADOS NA CATEGORIA MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO**

A administração adota como política institucional a realização de transações apenas com instituições de elevada reputação e boas notas de rating, declara possuir capacidade financeira para manter em sua carteira estes investimentos até a data de seus respectivos vencimentos.

## **EMISSÃO DE DEBÊNTURES**

Item inaplicável à operadora classificada como cooperativa médica.

## **INVESTIMENTOS DA COMPANHIA EM SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS E MENCIONAR A MODIFICAÇÕES OCORRIDAS DURANTE O EXERCÍCIO**

Item inaplicável à operadora classificada como cooperativa médica.



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Senhores Administradores da

**UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Examinamos as demonstrações financeiras da **UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 21-2, a Unimed de Presidente Prudente possui ações de execução e cobrança decorrentes do processo movido pelo Ministério Público da comarca de Presidente Prudente. As provisões para contingências cíveis foram contabilizadas com base na opinião dos assessores jurídicos da Unimed, nos casos de perda provável ou que possuem depósito judicial das ações que estão em andamento.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências da auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**Belo Horizonte, 09 de março de 2022.**

**WALTER HEUER - WH AUDITORES INDEPENDENTES**

CVM Nº 8710 CRC - RJ 319/O S 8 MG  
CNPJ Nº 42.465.302/0002-66



**LUIS ALBERTO NAVA SALAZAR**

Responsável técnico  
CONTADOR CRC - RJ - 034860/O



## UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE

COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ: 44.863.959/0001-26

### BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>168.523</b>	<b>169.180</b>
<b>Disponível</b>	5	<b>654</b>	<b>137</b>
<b>Realizável</b>		<b>167.869</b>	<b>169.043</b>
<b>Aplicações Financeiras</b>	6	<b>145.781</b>	<b>150.041</b>
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		49.411	49.855
Aplicações Livres		96.370	100.186
<b>Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</b>	7	<b>11.033</b>	<b>8.891</b>
Contraprestação Pecuniária a Receber		1.284	909
Participação de Beneficiários em Eventos Indenizáveis		3.498	2.806
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		6.251	5.173
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		-	3
<b>Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora</b>	8	<b>2.202</b>	<b>1.325</b>
<b>Créditos Tributários e Previdenciários</b>		<b>2.455</b>	<b>2.284</b>
<b>Bens e Títulos a Receber</b>	9	<b>5.971</b>	<b>6.089</b>
<b>Despesas Antecipadas</b>		<b>79</b>	<b>78</b>
<b>Conta-Corrente com Cooperados</b>		<b>348</b>	<b>335</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>47.436</b>	<b>56.499</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>24.918</b>	<b>35.783</b>
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>	9	<b>9.337</b>	<b>9.337</b>
<b>Depósitos Judiciais e Fiscais</b>	10.1	<b>13.201</b>	<b>15.073</b>
<b>Outros Créditos a Receber a Longo Prazo</b>		<b>-</b>	<b>5</b>
<b>Conta-Corrente com Cooperados</b>	10.2	<b>2.380</b>	<b>11.368</b>
<b>Investimentos</b>		<b>9.305</b>	<b>8.652</b>
<b>Participações Societárias pelo Método de Custo</b>	11	<b>9.305</b>	<b>8.652</b>
<b>Imobilizado</b>	12	<b>12.969</b>	<b>11.822</b>
<b>Imóveis de Uso Próprio</b>		<b>8.785</b>	<b>8.792</b>
Imóveis - Não Hospitalares		8.785	8.792
<b>Imobilizado de Uso Próprio</b>		<b>3.243</b>	<b>2.105</b>
Imobilizado - Hospitalares		538	574
Imobilizado - Não Hospitalares		2.705	1.531
<b>Imobilizações em Curso</b>		<b>17</b>	<b>10</b>
<b>Outras Imobilizações</b>		<b>924</b>	<b>915</b>
<b>Intangível</b>	13	<b>244</b>	<b>242</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>215.959</b>	<b>225.679</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.





## UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE

COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ: 44.863.959/0001-26

### BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>73.435</b>	<b>71.815</b>
<b>Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde</b>	14	<b>49.949</b>	<b>45.797</b>
<b>Provisões de Contraprestações</b>	14.1	<b>300</b>	<b>600</b>
Provisão para Remissão		300	600
<b>Provisão de Eventos a Liquidar para SUS</b>	14.2	<b>1.862</b>	<b>2.890</b>
<b>Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais</b>	14.3	<b>26.746</b>	<b>24.575</b>
<b>Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)</b>	14.4	<b>21.041</b>	<b>17.732</b>
<b>Débitos de Operações de Assistência à Saúde</b>	16	<b>758</b>	<b>575</b>
Contraprestações a Restituir		35	27
Comercialização sobre Operações		-	5
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		723	543
<b>Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora</b>	17	<b>2.500</b>	<b>1.871</b>
<b>Provisões</b>		<b>21</b>	<b>21</b>
Provisões para Ações Judiciais		21	21
<b>Tributos e Encargos Sociais a Recolher</b>	18	<b>6.148</b>	<b>10.641</b>
<b>Débitos Diversos</b>	19	<b>12.639</b>	<b>11.573</b>
<b>Conta-Corrente de Cooperados</b>	20	<b>1.420</b>	<b>1.337</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>49.362</b>	<b>52.450</b>
<b>Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde</b>	14	<b>3.927</b>	<b>4.913</b>
Provisão para Remissão	14.1	71	383
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	14.2	3.856	4.530
<b>Provisões</b>		<b>40.091</b>	<b>36.827</b>
Provisões para Ações Judiciais	21	40.091	36.827
<b>Tributos e Encargos Sociais a Recolher</b>		<b>1.539</b>	<b>8.024</b>
Tributos e Contribuições Relacionados a IN 20 (Cooperativas) - Parcelamento	18	1.539	8.024
<b>Débitos Diversos</b>	19	<b>3.805</b>	<b>2.686</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>93.162</b>	<b>101.414</b>
<b>Capital Social</b>	22	<b>23.960</b>	<b>22.218</b>
<b>Reservas</b>		<b>64.182</b>	<b>61.974</b>
Reservas de Sobras		64.182	61.974
<b>Resultado - Cooperativas</b>	26	<b>5.020</b>	<b>17.222</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>215.959</b>	<b>225.679</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.





## UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE

COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ: 44.863.959/0001-26

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde</b>		<b>465.147</b>	<b>426.443</b>
<b>Receitas com Operações de Assistência à Saúde</b>		<b>470.231</b>	<b>433.624</b>
Contraprestações Líquidas		469.619	432.201
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		612	1.423
<b>(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora</b>		<b>(5.084)</b>	<b>(7.181)</b>
<b>Eventos Indenizáveis Líquidos</b>		<b>(372.812)</b>	<b>(291.171)</b>
Eventos Conhecidos ou Avisados		(369.503)	(291.672)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(3.309)	501
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>92.335</b>	<b>135.272</b>
<b>Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde</b>		<b>10.509</b>	<b>10.256</b>
<b>Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora</b>		<b>18.099</b>	<b>18.202</b>
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		15.331	14.669
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar		2.493	3.378
Outras Receitas Operacionais		275	155
<b>(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde</b>		<b>(1.099)</b>	<b>(1.081)</b>
<b>Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde</b>		<b>(38.158)</b>	<b>(58.954)</b>
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(39.978)	(54.050)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(973)	(1.060)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		2.793	(3.844)
<b>Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora</b>		<b>(34.284)</b>	<b>(29.096)</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>47.402</b>	<b>74.599</b>
<b>Despesas de Comercialização</b>		<b>(1.123)</b>	<b>(1.018)</b>
<b>Despesas Administrativas</b>	27	<b>(35.881)</b>	<b>(31.740)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	28	<b>7.257</b>	<b>4.331</b>
Receitas Financeiras		9.497	6.874
Despesas Financeiras		(2.240)	(2.543)
<b>Resultado Patrimonial</b>		<b>1.372</b>	<b>3.037</b>
Receitas Patrimoniais		1.376	3.039
Despesas Patrimoniais		(4)	(2)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>19.027</b>	<b>49.209</b>
Imposto de Renda	25	(4.827)	(9.331)
Contribuição Social	25	(1.800)	(3.478)
Participações no Resultado		(336)	(397)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>12.064</b>	<b>36.003</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.





**UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE**  
**COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**  
CNPJ: 44.863.959/0001-26

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS**

(Em milhares de reais)

Nota	2021			2020	
	Atos Cooperativos Ingressos/Dispêndios		Atos não Cooperativos	Total dos Atos	Total dos Atos
	Principais	Auxiliares	Receitas/Despesas		
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	186.365	184.232	94.550	465.147	426.443
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	188.402	186.246	95.583	470.231	433.624
Contraprestações Líquidas	188.232	185.951	95.436	469.619	432.201
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	170	295	147	612	1.423
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(2.037)	(2.014)	(1.033)	(5.084)	(7.181)
Eventos Indenizáveis Líquidos	(158.502)	(143.038)	(71.272)	(372.812)	(291.171)
Eventos Conhecidos ou Avisados	(157.588)	(141.440)	(70.474)	(369.502)	(291.672)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(914)	(1.598)	(798)	(3.310)	501
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>	<b>27.863</b>	<b>41.194</b>	<b>23.278</b>	<b>92.335</b>	<b>135.272</b>
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	2.551	4.458	3.500	10.509	10.256
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	10.290	3.756	4.053	18.099	18.202
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	7.788	3.740	3.803	15.331	14.669
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	2.493	-	-	2.493	3.378
Outras Receitas Operacionais	9	16	250	275	155
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde	(575)	(185)	(339)	(1.099)	(1.081)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(10.057)	(18.021)	(10.080)	(38.158)	(58.954)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(10.560)	(18.899)	(10.519)	(39.978)	(54.050)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(269)	(470)	(234)	(973)	(1.060)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	772	1.348	673	2.793	(3.844)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	(14.980)	(11.558)	(7.746)	(34.284)	(29.096)
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>15.092</b>	<b>19.644</b>	<b>12.666</b>	<b>47.402</b>	<b>74.599</b>
Despesas de Comercialização	(304)	(541)	(278)	(1.123)	(1.018)
Despesas Administrativas	27 (14.403)	(14.033)	(7.445)	(35.881)	(31.740)
Resultado Financeiro Líquido	28 2.885	2.886	1.487	7.258	4.331
Receitas Financeiras	3.832	3.702	1.964	9.498	6.874
Despesas Financeiras	(947)	(816)	(477)	(2.240)	(2.543)
Resultado Patrimonial	1.346	-	25	1.371	3.037
Receitas Patrimoniais	1.348	1	26	1.375	3.039
Despesas Patrimoniais	(2)	(1)	(1)	(4)	(2)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>4.616</b>	<b>7.956</b>	<b>6.455</b>	<b>19.027</b>	<b>49.209</b>
Imposto de Renda	25 -	(2.658)	(2.169)	(4.827)	(9.331)
Contribuição Social	25 -	(991)	(809)	(1.800)	(3.478)
Participações no Resultado	(136)	(131)	(69)	(336)	(397)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>4.480</b>	<b>4.176</b>	<b>3.408</b>	<b>12.064</b>	<b>36.003</b>
Destinação do Resultado:					
Reserva Legal (10% do A.C.)	(448)	(418)	-	(866)	(3.172)
Rates (5% do A.C. e 100% A.N.C.)	(224)	(209)	(3.408)	(3.841)	(5.865)
Perda ato não Cooperativo	-	-	-	-	-
Outros Reservas estatutárias	-	-	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	205
Baixa IN 20 - Cooperados (REFIS)	(2.508)	(2.337)	-	(4.845)	(3.356)
Reserva para Margem de Solvência - ANS	-	-	-	-	-
(-) Reversão do Rates	1.298	1.210	-	2.508	197
Atualização do Fundo para Margem de Solvência	-	-	-	-	(13)
Adiantamento de Sobras	-	-	-	-	(6.777)
<b>SOBRAS CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.598</b>	<b>2.422</b>	<b>-</b>	<b>5.020</b>	<b>17.222</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.





## UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE

COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ: 44.863.959/0001-26

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

Descrição das Mutações	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE SOBRAS/LUCROS				SOBRAS / PERDAS DO EXERCÍCIO	TOTAL
		RESERVA LEGAL	INCENTIVOS FISCAIS	MARGEM PARA SOLVÊNCIA	RATES		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>20.948</b>	<b>14.793</b>	<b>2</b>	<b>32.681</b>	<b>5.639</b>	<b>400</b>	<b>74.463</b>
<b>Ajustes de exercícios anteriores</b>							
Retificação de erros de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	205	205
<b>Baixa IN 20 - Cooperados (REFIS)</b>	<b>24</b>					(3.356)	(3.356)
<b>Deliberação A.G.O.2020</b>							
Provisão para Ação Civil Pública	-	-	-	-	-	(400)	(400)
<b>Aumento/Redução de Capital Social</b>							
Integralizações de Capital Social	1.510	-	-	-	-	-	1.510
Devolução de Capital Social - Saída de Cooperado	(220)	-	-	-	-	-	(220)
<b>Reversões de Reservas</b>							
Utilização/Reversão do Fates	-	-	-	-	(198)	198	-
Conversão de quotas-partes para Fundo Reserva	(20)	20	-	-	-	-	-
<b>Sobra/Perda Líquido do Exercício</b>							
Sobras Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	36.003	36.003
Adiantamento de Sobras	-	-	-	-	-	(6.777)	(6.777)
<b>Contituição para Margem de Solvência</b>							
Retenção para Margem de Solvência	-	-	-	1.043	-	-	1.043
Atualização da Margem de Solvência (aplicação)	-	-	-	13	-	(13)	-
Devolução da Retenção Margem de Solvência	-	-	-	(1.056)	-	-	(1.056)
<b>Destinação da Sobras/Perdas</b>							
Fundo de Reserva (10%)	26	3.172	-	-	-	(3.172)	-
Fates (5%)	26	-	-	-	5.865	(5.865)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>22.218</b>	<b>17.985</b>	<b>2</b>	<b>32.681</b>	<b>11.306</b>	<b>17.222</b>	<b>101.414</b>
<b>Ajustes de exercícios anteriores</b>							
Baixa IN 20 - Cooperados (REFIS)	24	-	-	-	-	(4.845)	(4.845)
<b>Deliberação A.G.O.2021</b>							
Distribuição em moeda corrente	-	-	-	-	-	(11.222)	(11.222)
Provisão para Ação Civil Pública	-	-	-	-	-	(6.000)	(6.000)
<b>Aumento/Redução de Capital Social</b>							
Integralizações de Capital Social	2.047	-	-	-	-	-	2.047
Devolução de Capital Social - Saída Cooperado	(305)	-	-	-	-	-	(305)
<b>Reversões de Reservas</b>							
Utilização/Reversão do Fates	-	-	-	-	(2.508)	2.508	-
Conversão de quotas-partes para Fundo Reserva	-	9	-	-	-	-	9
<b>Sobra/Perda Líquido do Exercício</b>							
Sobras Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	12.064	12.064
<b>Destinação da Sobras/Perdas</b>							
Fundo de Reserva (10%)	26	866	-	-	-	(866)	-
Fates (5%)	26	-	-	-	3.841	(3.841)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>23.960</b>	<b>18.860</b>	<b>2</b>	<b>32.681</b>	<b>12.639</b>	<b>5.020</b>	<b>93.162</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.





## UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE

COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ: 44.863.959/0001-26

### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

(Em milhares de reais)

MÉTODO DIRETO

	2021	2020
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
(+) Recebimento de Planos Saúde	468.089	433.668
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	-	-
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	7.067	3.214
(+) Outros Recebimentos Operacionais	42.336	35.973
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(399.804)	(327.041)
(-) Pagamento de Comissões	(1.128)	(1.031)
(-) Pagamento de Pessoal	(20.824)	(21.083)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(2.247)	(1.945)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(3.749)	(3.395)
(-) Pagamento de Tributos	(23.950)	(23.972)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	3.264	4.890
(-) Pagamento de Aluguel	(594)	(557)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(1.724)	(1.576)
(-) Aplicações financeiras	4.261	(25.913)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(48.265)	(64.314)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>22.731</b>	<b>6.918</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Hospitalar	-	-
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros	0	42
(+) Recebimento de Venda de Investimentos	-	-
(+) Recebimento de Dividendos	(17)	1.803
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	-	-
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	-	-
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(1.764)	(352)
(-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível	(77)	(40)
(-) Pagamento de Aquisição de Participação em Outras Empresas	-	-
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	(1)	(1)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(1.859)</b>	<b>1.452</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
(+) Integralização de Capital em dinheiro	2.047	1.510
(+) Recebimento – Empréstimos/Financiamentos	-	-
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	-	1.248
(-) Pagamento de Juros – Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(38)	(27)
(-) Pagamento de Amortização – Empréstimos/Financiamentos/Leasing	-	-
(-) Pagamento de Participação nos Resultados	(11.222)	(6.776) <sup>1</sup>
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(11.141)	(5.033) <sup>1</sup>
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(20.354)</b>	<b>(9.078)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA</b>	<b>518</b>	<b>(708)</b>
<b>CAIXA - Saldo Inicial</b>	<b>137</b>	<b>845</b>
<b>CAIXA - Saldo Final</b>	<b>655</b>	<b>137</b>
<b>Ativos Livres no Início do Período (*)</b>	<b>100.323</b>	<b>70.613</b>
<b>Ativos Livres no Final do Período (*)</b>	<b>97.024</b>	<b>100.323</b>
<b>Aumento / (DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSO LIVRES</b>	<b>(3.299)</b>	<b>29.710</b>

(\*) Refere-se ao saldo das contas 'Caixa' e 'Bancos Conta Depósito', mais o montante de aplicações financeiras não vinculadas às provisões técnicas e/ou vinculadas a garantias judiciais, isto é, aplicações sem cláusula restritiva de resgate





## UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE

COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ: 44.863.959/0001-26

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, tendo como objetivo social à congregação dos seus sócios para o exercício de suas atividades econômicas, sem o objetivo de lucro. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no País. A sociedade conta com 542 médicos associados, 01 unidade de Atendimento Domiciliar, 01 Hospital Unimed, 01 Unidade Assistencial Unimed contendo a Medicina Preventiva, Saúde Ocupacional e SOS Unimed, 03 ambulatórios Unimed Mais, sendo um na cidade de Osvaldo Cruz, um em Presidente Epitácio e um em Presidente Prudente, que além de atendimento médico contempla um Centro de Atendimento Multiprofissional (CAM), Centro de Infusão Medicamentosa (CIM) e Rede de Cuidados Continuados (RCC), possui cerca de 200 serviços credenciados (Hospitais, Clínicas e Laboratórios) além de participar da rede de atendimento do Sistema Unimed Nacional. Sua área de ação abrange os municípios de Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabú, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Nandiba, Osvaldo Cruz, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai, Teodoro Sampaio, e Presidente Prudente, onde está localizada sua sede administrativa, além de atuar para comercialização de plano de saúde na cidade de Bataguassu/MS em conjunto com a Unimed Três Lagoas.

#### 2. PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A cooperativa atua na operação de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de Valor Determinado – Preço Pré-Estabelecido e por Serviços Realmente Prestados – Preço Pós-Estabelecido, a serem





atendidos pelos médicos associados e rede credenciada. Possui registro de seus produtos na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob número 31.579-6.

### **3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com a legislação comercial e fiscal em vigor, com observância da Lei das Sociedades Cooperativas - Lei 5.764/71, das Normas Brasileiras de Contabilidade, e padrões da Agência Nacional de Saúde, conforme plano de contas estabelecido pela RN 435/2018 e alterações vigentes, como também parcialmente os aspectos relacionados à lei 11.638/2007 e 11.941/2009, e as Regulamentações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A cooperativa também atendeu os quesitos da ITG 2004, na formatação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2020, de forma a permitir a comparabilidade.

A exigência da Demonstração dos Fluxos de Caixa foi atendida, mediante sua montagem pelo método direto, conforme RN 435/2018 e alterações vigentes, com a reconciliação do Lucro Líquido com o Caixa Líquido obtido das atividades, de acordo com o pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis número 03 (R2) e CFC NBC TG 03 (R3).

### **4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **4.1 Regime de Escrituração**

A cooperativa adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

#### **4.2 Estimativas Contábeis**

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e





passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

#### **4.3 Aplicações Financeiras**

Estão demonstradas ao custo de aplicação acrescida dos rendimentos (líquidos de IRRF) auferidos até 31 de dezembro de 2021, seguindo a apropriação pró-rata das taxas contratadas.

As aplicações financeiras não foram consideradas para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa como Equivalentes a Caixa, com exceção das aplicações de liquidez imediata.

#### **4.4 Créditos de operações com planos de assistência à saúde**

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento em contrapartida à: (I) conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os Planos Médico-Hospitalares e (II) conta de resultado “receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora” no que se refere aos serviços médicos e hospitalares prestados a particulares e as outras Operadoras de Planos Médico-Hospitalares. A Cooperativa constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do ANEXO I da RN 435/18 da Agência Nacional de Saúde, considerando de difícil realização os créditos:

- I. Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em que havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- II. Para todos os demais planos, em que havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- III. Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde da própria operadora, em que havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito foi provisionada;





#### 4.5 Conta Corrente com cooperados

Os créditos registrados com cooperados, de curto prazo, estão sendo registrados pelos valores deliberados por adiantamentos feitos pela cooperativa, por valores a receber de débitos destes que não puderam ser descontados em produção (plano de saúde, seguro, e etc.), e, que serão descontados de suas produções mensais futuras.

Os créditos registrados com cooperados estão sendo registrados no longo prazo pelos valores deliberados por assembleia dos cooperados, corrigidos pela mesma atualização realizada pelas obrigações legais que originaram os mesmos.

#### 4.6 Investimentos

Os investimentos em outras sociedades foram avaliados pelo custo de aquisição, deduzida de provisão para perdas prováveis na realização de seu valor quando este for inferior ao valor de mercado.

#### 4.7 Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A lei 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/1996. As depreciações foram calculadas pelo método linear a taxa que levam em conta a vida útil dos bens, as quais estão demonstradas na nota explicativa 12.

Como previsto no pronunciamento CPC 27 e CPC 01 representados pela CFC NBC TG 27 (R3) e NBC TG 01 (R1), a cooperativa efetuou o teste de *"impairment"*, constatando a recuperabilidade dos seus ativos pelo método de valor justo dos bens.

#### 4.8 Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo em empréstimos e financiamentos, pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas em nota explicativa.





#### **4.9 Ativo Intangível**

No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos, bem como licenças para usos dos mesmos, os quais são amortizados usando-se o método linear ao longo da vida útil dos itens que compõem pelas taxas descritas na nota explicativa 13 e de acordo com as premissas previstas no CPC nº 04 (R1) e CFC NBC TG 04 (R4).

#### **4.10 Avaliação do valor recuperável dos ativos**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos internos e externos que possam indicar deterioração e/ou perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável de acordo com as premissas CPC 01 (R1) e CFC NBC TG 01 (R4).

#### **4.11 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa ANS nº 393/2015 e nº 451/2020 e suas alterações, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido legislação vigente e suas alterações.

##### **I. Provisões Técnicas:**

- i. Provisão de Eventos a Liquidar, para as obrigações que envolvem os custos com assistência à saúde médica hospitalar dos usuários de planos de saúde da operadora, conforme nota explicativa 14.3;
- ii. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA, destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido





avisados à Operadora. Constituída por nota técnica atuarial específica, realizada por atuário habilitado com registro no IBA, conforme previsto na Resolução Normativa – RN nº 393 de 09/12/2015 e alterações, expedida pela ANS, conforme nota explicativa 14.4.

- iii. Provisão de Remissão calculada conforme nota técnica atuarial específica, realizada por atuário habilitado com registro no MIBA, descrita na nota explicativa 14.1.

#### **4.12 Imposto de renda e contribuição social**

São calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando-se à tributação os valores provenientes de atos não cooperativos e atos cooperativos auxiliares, conforme mencionado na nota explicativa 25 específica de Imposto de Renda e Contribuição Social.

#### **4.13 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### **4.14 Ativos e Passivos contingentes**

Ativos contingentes: são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.





Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais, e é provável que uma saída de benefícios econômicos será requerida para liquidar uma obrigação. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgadas em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais: são registradas como exigíveis independentes da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade e a legalidade de tributos e obrigações definidas em contrato.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

#### **4.15 Apuração de resultado e reconhecimento de receita**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis a tributos e provisões.

As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

#### **4.16 Reconhecimento dos eventos indenizáveis**

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada / cooperados e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema





de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados nestes prestadores e cooperados que não são cobrados/avisados na totalidade à Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.

#### **4.17 Informações por Segmento**

Em função da concentração de suas atividades na atividade de planos de saúde, a cooperativa está organizada em uma única unidade de negócio, sendo que as operações não são controladas e gerenciadas pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da cooperativa acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

#### **4.18 Normas Internacionais de Contabilidade**

A cooperativa vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 11 de seguros, CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, o CPC 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, CPC 35 – Demonstrações Separadas, CPC 44 – Demonstrações Combinadas, CPC 47 – Receitas, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e da ICPC-10 do Imobilizado as quais não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de saúde.

As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis às demonstrações financeiras da cooperativa no que não contrariarem a Resolução Normativa nº 435/2018 e alterações vigentes, no qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.



#### 4.19 Novos Pronunciamentos Contábeis, Normas e Interpretações, novas e revisadas, já emitidas e ainda não adotadas

O novo Plano de Contas Padrão da ANS para operadoras, instituído pela RN 472/2021, entrará em vigor a partir de 01/01/2022, requer a adoção dos seguintes pronunciamentos já emitidos, mas ainda não adotados até a data de emissão das demonstrações financeiras da Unimed. A Unimed irá adotar os pronunciamentos a partir do exercício de 2022, sendo eles:

IFRS	CPC	Pronunciamentos	Data de entrada em vigor – ANS
IFRS 16	CPC 06 (R2)	Arrendamentos	01/01/2022
IFRS 15	CPC 47	Receita de Contrato com Cliente	01/01/2022

I. CPC 06 R2 (IFRS 16)

O impacto sobre as demonstrações financeiras para o exercício 2022 ainda é desconhecido pois a Unimed está procedendo o levantamento de todos os contratos de arrendamentos.

II. CPC 47 (IFRS 15)

O CPC 47, conforme descrito no novo Plano de Contas da ANS, diz que o montante da receita proveniente de uma transação é geralmente acordado entre a entidade e o comprador ou usuário do ativo e é mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidas pela entidade ao comprador. Em 2022 a Unimed, em atendimento ao novo Plano de Contas, modificará a contabilização da corresponsabilidade cedida, em que a operadora que presta o serviço à operadora de origem do beneficiário, passará a reconhecer a despesa e recuperação de eventos e sinistros a liquidar no mesmo grupo de contas. Desta forma, no grupo de receitas constará apenas a taxa de administração cobrada.

#### 5. DISPONÍVEL

Compõem o disponível as contas de Caixa e Depósito Bancário os seguintes valores:

Disponível	2021	2020
Caixa (valor em espécie)	13	11
Depósito bancário	641	126
<b>Total do Disponível</b>	<b>654</b>	<b>137</b>



## 6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A Unimed dividiu o valor de suas aplicações financeiras entre as principais instituições financeiras do mercado e estão compostas no quadro abaixo:

Aplicações Financeiras	2021	% H	% V	2020
<b>Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas (a)</b>	<b>49.411</b>	<b>-0,9%</b>	<b>33,9%</b>	<b>49.855</b>
Banco Itaú	22.409	-19,6%	45,4%	27.883
Banco Bradesco	4.181	-47,7%	8,5%	7.997
Banco Santander	18.171	30,0%	36,8%	13.975
Banco Safra	3.120		6,3%	0
Banco XP Investimentos	1.530		3,1%	0
<b>Aplicações Livres</b>	<b>96.370</b>	<b>-3,8%</b>	<b>66,1%</b>	<b>100.186</b>
Uniprime Oeste Paulista/Sicoob	14.167	0,02%	14,7%	14.134
Banco Bradesco S/A	19.608	-34,8%	20,3%	30.063
Banco Safra	14.046	10,4%	14,6%	12.726
Banco Itaú S/A	12.582	-12,0%	13,1%	14.294
Banco Santander S/A	18.841	-10,3%	19,6%	21.010
Banco do Brasil S/A	520	3,5%	0,5%	503
Sicred	11.506	54,3%	11,9%	7.456
Banco Daycoval	4.074		4,2%	0
Banco XP Investimentos	1.026		1,1%	0
<b>Total das Aplicações Financeiras</b>	<b>145.781</b>	<b>-2,84%</b>	<b>100%</b>	<b>150.041</b>

(a) Aplicações financeiras vinculada à ativos garantidores, cuja movimentação segue regras definidas pela ANS.

Aplicações por Tipo de Ativo conforme RN 392/2015 e alterações vigentes		
Tipo de Ativo	Distribuição % s/ total	
	2021	2020
Fundos Dedicados ANS	33,9%	33,2%
Fundo de Investimento CDB	0,4%	33,1%
Fundo de Investimento Renda Fixa	65,7%	33,7%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Estas aplicações financeiras estão remuneradas em média 0,42% ao mês, enquanto a CDI média foi de 0,37% ao mês.

A Unimed tem como prática manter suas aplicações no mínimo até sua carência para resgate bem como respeitar os prazos para não incidência de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

## 7. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM ASSISTÊNCIA A SAÚDE

A composição dos Créditos de Operações de Assistência à Saúde está representada pelas contas demonstradas no quadro a seguir:

<b>Créditos de Operações com Assistência a Saúde</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Contraprestações Pecuniárias a Receber	4.554	3.391
Cobertura Assistencial c/ preço pós-estabelecido	-	2
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(3.270)	(2.484)
<b>Total de Contraprestação Pecuniária (a)</b>	<b>1.284</b>	<b>909</b>
Participação dos Beneficiários nos Eventos Indenizáveis	3.795	3.063
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(297)	(257)
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	506	4.031
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(506)	(4.028)
<b>Total de Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde (b)</b>	<b>3.498</b>	<b>2.809</b>
Contraprestação de Corresponsabilidade Assumida	6.318	5.204
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(67)	(31)
<b>Total de Operadoras de Planos de Saúde (c)</b>	<b>6.251</b>	<b>5.173</b>
<b>Total dos créditos a receber</b>	<b>11.033</b>	<b>8.891</b>

- (a) O saldo da conta “Contraprestação pecuniária a receber” refere-se a valores a receber referente à créditos com planos de saúde da operadora;
- (b) O saldo da conta “Outros Créditos de Oper. com Planos de Assist. à Saúde” refere-se a valores Coparticipação cobrado de clientes e outros créditos de Operações com Planos de Assist. À Saúde;
- (c) O saldo da conta “Operadoras de Planos de Saúde” refere-se a valores a receber referente a créditos com Outras Operadoras referentes as operações de plano de saúde.

As provisões para devedores duvidosos (PPSC) estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. As provisões foram efetuadas de acordo com os critérios de avaliação de apropriação contábil e de auditoria descritos no Capítulo I do Anexo I, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.5 da Resolução Normativa nº 435/2018 e alterações vigentes da ANS.

A composição das contas do grupo “Créditos de Operações com Planos de Assistência a Saúde”, por idade de vencimento são:



Descrição	Contraprestação Pecuniária		Part. dos beneficiários em eventos indenizados		Operadoras de Planos de Saúde		Outros Créditos Operacionais	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>A vencer:</b>								
Até 30 dias	78	2	3.393	2.730	5.276	5.108	-	3.517
De 31 a 60 dias	-	-	-	-	915	-	-	-
Acima de 60 dias	1	-	-	-	-	-	-	-
<b>Vencidas:</b>								
Até 30 dias	1.149	812	88	65	73	60	-	-
De 31 a 60 dias	356	233	26	16	-	5	-	-
De 61 a 90 dias	190	99	14	7	-	2	-	3
De 91 a 120 dias	119	84	13	5	-	-	-	-
Acima 120 dias	2.661	2.163	261	240	55	29	506	511
<b>Total</b>	<b>4.554</b>	<b>3.393</b>	<b>3.795</b>	<b>3.063</b>	<b>6.319</b>	<b>5.204</b>	<b>506</b>	<b>4.031</b>

## 8. CRÉDITOS OPERACIONAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANO DE SAÚDE DA OPERADORA

Quadro resumo dos Créditos Operacionais de Prestação de Serviços de Assistência à Saúde:

Créditos Operacionais de Assist a Saúde Não Relac com Planos de Saúde da Oper	2021	2020
<b>Contas a Receber - Contratos de Autogestão (a)</b>		
Contas a Receber Contratos de Autogestão	228	198
Contas a Receber Contratos de Autogestão – a faturar (b)	147	152
Glosas Contest – Pagamento Integral Intercâmbio Eventual	-	3
Glosas a Receber Contratos de Autogestão	12	12
(-) PPSC Contas a Receber de Contratos de Autogestão	(12)	(15)
<b>Total das Contas a Receber - Contratos de Autogestão</b>	<b>375</b>	<b>350</b>
<b>Intercâmbio Receber – Atendimento Eventual (c)</b>		
Taxa de Administração	42	32
Taxa de Administração – a faturar (b)	25	7
Intercâmbio a Receber - Atendimento Eventual	1.362	867
Glosas a Receber – Intercâmbio	587	302
Intercâmbio - a faturar (b)	433	120
Glosas Contestadas - Receb. Parcial Intercâmbio Eventual	2	5
(-) PPSC Intercâmbio	(645)	(370)
<b>Total Intercâmbio Receber – Atendimento Eventual</b>	<b>1.806</b>	<b>963</b>
Outros Créditos Operacionais de Prestação de Serviços (d)	36	30
(-) PPSC Outros Créditos	(15)	(18)
<b>Total Outros Créditos Operacionais de Prestação de Serviços</b>	<b>21</b>	<b>12</b>
<b>Total de Contas a Receber Prestação de Serviço Médico-Hospitalar</b>	<b>2.202</b>	<b>1.325</b>

(a) O saldo da conta Contas a Receber - Contratos de Autogestão refere-se a valores a receber de contratos de Autogestão firmados junto a esta cooperativa;





- (b) O saldo das contas “a faturar” – os saldos registrados são decorrentes de uma mudança de critério na contabilização dos eventos indenizáveis onde o mesmo, no ano de 2018, passou a ser contabilizado na data do seu conhecimento, tanto a despesa com os eventos e a suas recuperações. Desta forma, o montante do saldo são eventos que já reconhecemos a sua recuperação, porém ainda não foi faturado contra o beneficiário/contrato até a data do balanço;
- (c) O saldo da conta Intercâmbio Receber – Atendimento Eventual refere-se a valores a receber referente a créditos com Outras Operadoras, referente a atendimentos de usuários de outras Unimed;
- (d) O saldo da conta Outros Créditos Operacionais de Prestação de Serviços refere-se a serviços de Saúde Ocupacional, Atendimento Domiciliar e Hospital Infantil Unimed;

A composição das contas “Créditos de Operações de Assistência a Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora”, por idade de vencimento são:

Descrição	Contas a Receber Prestação de Serviço Médico-Hospitalar	
	2021	2020
<b>A vencer:</b>		
Até 30 dias	1.910	1.318
De 31 a 60 dias	330	-
Acima de 60 dias	-	-
	<b>2.240</b>	<b>1.318</b>
<b>Vencidas:</b>		
Até 30 dias	357	125
De 31 a 60 dias	70	115
De 61 a 90 dias	30	15
De 91 a 120 dias	7	2
Acima de 120 dias	169	153
	<b>633</b>	<b>410</b>
<b>Total</b>	<b>2.873</b>	<b>1.728</b>

As provisões para devedores duvidosos (PPSC) estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. As provisões foram efetuadas de acordo com os critérios de avaliação de apropriação contábil e de auditoria descritos no Capítulo I do Anexo I, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.5 da Resolução Normativa nº 435/2018 e alterações vigentes da ANS.



## 9. BENS E TÍTULOS A RECEBER

A composição dos Bens e Títulos a Receber está representada a seguir:

Bens e Títulos a Receber	2021	2020
Estoques (a)	5.000	4.894
Cheques e Ordens a Receber	137	152
(-) PPSC – Cheques	(81)	(82)
Adiantamentos a Funcionários	207	246
Adiantamento a prestadores de serviços assistenciais	9	248
Adiantamento a fornecedores	33	35
Outros adiantamentos	-	1
Cartão de Crédito/Débito a receber	364	252
Outros Créditos e Bens a Receber	370	386
(-) PPSC Outros Créditos e Bens a Receber	(68)	(43)
<b>Total de Bens e Títulos a Receber</b>	<b>5.971</b>	<b>6.089</b>

- (a) Os estoques da cooperativa são para uso interno (material de escritório, limpeza, gráfico e outros) e para uso na prestação de serviço, tais como: farmácia de alto custo (medicamentos de alto custo e quimioterápico), OPME (órtese, prótese e materiais especiais) e Materiais e Medicamentos para Hospital e Atendimento Domiciliar. Os estoques em poder de terceiros (rede credenciada, hospitais e clínicas) são no montante de R\$ 1.966 (2020 – R\$ 2.321).

Estoques	2021	2020
Farmácia de Alto Custo	3.757	3.164
Materiais e Medicamentos Atendimento Domiciliar	161	179
O.P.M.E.	601	1.000
Materiais e Medicamentos Hospital Unimed	199	216
Vacina	106	185
Material de Consumo Interno	176	150
<b>Total de Estoques</b>	<b>5.000</b>	<b>4.894</b>

Os estoques são reconhecidos pelo método de Custo Médio Ponderado.



## 10. ATIVO NÃO CIRCULANTE - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

### 10.1 Os Depósitos Judiciais e Fiscais estão registrados conforme quadro abaixo:

A composição dos Depósitos Judiciais e Fiscais estão apresentados abaixo:

Depósitos Judiciais e Fiscais	2021	2020
Tributos (a)	1.625	4.933
Depósito de ISS – LC157 (b)	6.340	4.576
Cíveis	360	235
Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS (c)	811	787
Ação Civil Pública (d)	6	307
Ressarcimento a Beneficiários (e)	298	592
Trabalhistas	70	54
Ressarcimento ao SUS (f)	3.691	3.589
<b>Total de Depósitos Judiciais e Fiscais</b>	<b>13.201</b>	<b>15.073</b>

- (a) A cooperativa peticionou judicialmente a conversão em renda do depósito judicial vinculado ao processo 10.835.003883/96-01 que foi incluído no REFIS sem o devido abatimento no parcelamento. Em novembro de 2021 foi acatado pela PGFN o abatimento do valor depositado no saldo remanescente do Refis. Sendo assim houve amortização e liquidação do parcelamento de demais débitos vinculado na PGFN.
- (b) Depósitos de ISS referentes às Leis complementares 157/2016 e 175/2020 que estão suspensas por liminar ADI nº 5835. Para maior segurança jurídica da cooperativa a administração optou por impetrar ações judiciais juntos aos municípios que estão domiciliados fora de sua sede e que tenham contratantes de planos de saúde, efetuando os depósitos de acordo com a jurisprudência vigente, ou seja, tributando segundo a alíquota de cada município, utilizando a receita e deduzindo os custos assistenciais;
- (c) Referem-se a depósitos judiciais relativos à discussão de multas administrativas aplicadas pela ANS;
- (d) Referem-se a depósitos judiciais relativos à discussão sobre Ação Civil Pública sofrida pela Unimed Presidente Prudente;
- (e) Referem-se a depósitos judiciais referentes à discussão sobre valores de ressarcimentos a beneficiários;
- (f) Referem-se a depósitos judiciais referentes à discussão sobre cobrança de ressarcimento ao SUS;

### 10.2 Ativo Não Circulante - Conta Corrente com Cooperados

A composição da Conta Corrente com Cooperado são relativos a IN nº 20 da DIOPE/ANS está apresentada abaixo:

Conta-Corrente com Cooperados	2021	2020
Cooperados IN 20/2008	2.379	11.368

Refere-se a valores atualizados em face do reconhecimento das Obrigações Legais ocorrido em 2008, que se encontram registradas no Passivo na rubrica de “Tributos e Contribuições” referentes a parcelamento. Os lançamentos foram efetuados no âmbito da IN nº 20 da DIOPE/ANS refere-se à atribuição da responsabilidade aos cooperados pelo pagamento dos valores dos tributos cuja exigibilidade estava em discussão judicial. Com o advento da Lei 11.941/09 a Cooperativa optou pelo parcelamento dos débitos, sendo o processo homologado pela Receita Federal do Brasil em junho/2011, mediante a opção de liquidação pelo prazo de 180 meses, sendo que os valores envolvidos serão realizados concomitantemente ao prazo de pagamento dos débitos.

## 11. INVESTIMENTOS

A Cooperativa possui as seguintes participações societárias:

Investimentos	2021	2020
<b>Participações - Operadora de Planos de Assistência à Saúde</b>	<b>8.822</b>	<b>8.187</b>
Unimed Federação Centro Oeste Paulista (a)	5.299	4.712
Unimed Estado de São Paulo – FESP	2.523	2.523
Unimed Central Nacional (b)	1.000	952
<b>Outros Investimentos</b>	<b>483</b>	<b>465</b>
Uniprime Oeste Paulista (c)	-	464
Sicredi (d)	18	1
Sicoob (c)	465	-
<b>Total Investimentos</b>	<b>9.305</b>	<b>8.652</b>

- (a) No ano de 2021 houve Juros Sobre Capital no valor de R\$ 400 (quatrocentos reais) (2020 – R\$ 306, trezentos e seis reais), valores líquidos de IRRF e sobras de R\$ 587 (quinhentos e oitenta e sete mil reais) (2020 – R\$ 1.103), ambos integralizados ao capital social. Também no ano de 2021 foi recebido a título de Sobras o montante de R\$ 599 (quinhentos e noventa e nove mil reais);
- (b) No ano de 2021 houve Juros Sobre Capital no valor de R\$ 48 (quarenta e oito mil reais) (2020 – R\$ 88), valor líquido de IRRF, integralizado ao capital social.
- (c) No ano de 2021 a instituição bancária Uniprime mudou para o sistema Sicoop alterando sua nomenclatura. No ano de 2021 houve recebimento de sobras no valor de R\$ 7 (sete mil reais).
- (d) No ano de 2021 houve recebimento de distribuição de resultados no valor de R\$ 16 (dezesesseis mil reais).



## 12. IMOBILIZADO

Quadro resumo:

CONTAS CONTÁBEIS	Taxa de Depreciação Média	2021			2020
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido	Custo Corrigido
Terrenos (a)	0%	8.667	-	8.667	8.667
Edifícios (a)	1,6%	424	(306)	118	424
Instalações (a)	10,2%	364	(258)	106	334
Máquinas Equipamentos(a)	12,9%	1.121	(477)	644	744
Equipamentos de Informática (a) (b)	18,8%	4.326	(2.781)	1.545	3.205
Móveis Utensílios (a)	8,3%	1.810	(1.013)	797	1.730
Veículos (a)	18,8%	408	(257)	151	444
Benfeit. Imóveis Terc. – Em Andamento (a)	0%	17	-	17	10
Benfeitorias em Imóveis Terceiros (a)	9,4%	1.337	(473)	864	1.259
Construção em andamento (a)	0%	60	-	60	-
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>18.534</b>	<b>(5.565)</b>	<b>12.969</b>	<b>11.822</b>

(a) Contas que foram avaliados pelo método de custo de aquisição;

(b) Conta que possui bens adquiridos através de Arrendamento Mercantil.

As taxas de depreciação aplicadas são atribuídas com base na estimativa da vida útil dos bens.

Quadro resumo de movimentações:

CONTAS CONTÁBEIS	2020	2021				
	Valor Contábil Líquido	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transfe-rências	Valor Contábil Líquido
Terrenos	8.667	-	-	-	-	8.667
Edifícios	125	-	-	(7)	-	118
Instalações	91	30	-	(15)	-	106
Máq. e Equipamentos	330	377	-	(63)	-	644
Equip. de Informática	643	1.128	(2)	(224)	-	1.545
Móveis e Utensílios	831	83	(2)	(115)	-	797
Veículos	210	-	-	(60)	-	151
Benfeit. Imóveis Terc. – Em Andamento	10	85	-	-	(78)	17
Benfeitorias em Imóveis Terceiros	915	-	-	(129)	78	864
Construção em Andamento	-	60	-	-	-	60
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>11.822</b>	<b>1.763</b>	<b>(4)</b>	<b>(613)</b>	<b>-</b>	<b>12.969</b>

Existem bens imobilizados, terrenos, edifícios e instalações foram dados em garantia a processos tributários os quais estão parcelados no REFIS referente a Lei 11.941/2009.

Conforme CPC 01 (R1) e CFC NBC TG 01 (R3) Resolução nº 1.292/10, a cooperativa efetuou uma análise da possibilidade de desvalorização do ativo imobilizado com uma estimativa dos valores recuperáveis, levando-se em consideração a metodologia da determinação da vida útil dos bens e do Justo Valor. Esta avaliação concluiu que não é necessária a constituição de provisão de perda para desvalorização dos ativos.

### 13. INTANGÍVEL

Quadro resumo:

Descrição	Taxa Anual de Amortização	2021			2020
		Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Softwares (a)	19,9%	1.347	(1.103)	244	242
<b>Total</b>		<b>1.347</b>	<b>(1.103)</b>	<b>244</b>	<b>242</b>

(a) Referem-se a softwares de uso operacional, que tem o objetivo de armazenar e gerar as informações necessárias à gestão da cooperativa pela administração, ANS e órgãos públicos.

Quadro resumo de movimentações:

CONTAS CONTÁBEIS	2020	2021				
	Residual	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferências	Residual
Softwares	242	77	-	(75)	-	244
<b>Total Intangível</b>	<b>242</b>	<b>77</b>	<b>-</b>	<b>(75)</b>	<b>-</b>	<b>244</b>



## 14. PROVISÕES TÉCNICAS

Quadro demonstrativo dos Eventos a Liquidar:

EVENTOS LIQUIDAR	2021	2020
Provisão de Remissão (14.1)	371	983
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS (14.2)	5.718	7.420
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores (14.3)	26.746	24.575
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA (14.4)	21.041	17.732
<b>Total de Provisões Técnicas</b>	<b>53.876</b>	<b>50.710</b>
Curto prazo	49.949	45.797
Longo prazo	3.927	4.913
<b>Total de Provisões Técnicas</b>	<b>53.876</b>	<b>50.710</b>

### 14.1 Provisão de Remissão:

Obedecendo a critérios e cálculo definido em nota atuarial aprovada pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar foi constituída provisão de remissão para garantir cobertura de riscos contratuais em favor de beneficiários, após o falecimento do titular de planos de assistência à saúde, totalizando o montante de R\$ 371 (2020 – R\$ 983), sendo a mesma classificada em R\$ 300 (2020 – R\$ 600) no Passivo Circulante e R\$ 71 (2020 – R\$ 383) no Passivo Não Circulante.

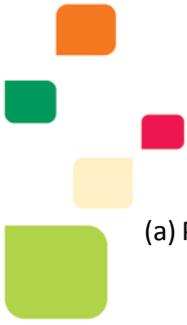
A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

### 14.2 Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS:

Refere-se ao valor cobrado pela ANS referente ao ressarcimento ao SUS, sendo o valor contabilizado pelo valor cobrado no momento do recebimento da conta médica e ajustado mensalmente pelo valor informado no site da ANS.

O valor informado no site da ANS estabelece as seguintes informações:

Provisão de Eventos a liquidar para o SUS	2021	2020
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS – GRU (a)	404	825
Eventos a Liquidar para o SUS – Parcelamento (b)	504	504
Provisão de Eventos Liquidar para o SUS (% hc x ABI) (c)	954	1.561
<b>Total da Provisão de eventos a liquidar SUS – Circulante</b>	<b>1.862</b>	<b>2.890</b>
Eventos a Liquidar para o SUS – Parcelamento (b)	-	504
Eventos a Liquidar para o SUS – Depósito Judicial (d)	3.856	4.026
<b>Total da Provisão de eventos a liquidar para o SUS – Não Circulante</b>	<b>3.856</b>	<b>4.530</b>
<b>Total da Provisão de eventos a liquidar SUS</b>	<b>5.718</b>	<b>7.420</b>



- (a) Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS – GRU: retrata o valor total cobrado e não pago pela operadora de plano de saúde, atualizado com multa e juros até a data de referência, bem como o saldo devedor atualizado de parcelamentos cancelados por inadimplência, valores não pagos de parcelamentos ainda não deferidos e valores não pagos inscritos em dívida ativa.
- (b) Eventos a Liquidar para o SUS – Parcelamento: Débitos Parcelados: abrange os parcelamentos deferidos ainda não quitados. A soma do valor das parcelas com vencimento em até 12 meses da data de referência está alocada no Passivo Circulante, enquanto a soma do valor das parcelas com vencimento em prazo superior a 12 meses está computada na linha Passivo Não Circulante. Em fevereiro de 2018 foi consolidado o pedido de parcelamento de débito de acordo com a RN 425 – ANS e MP 780/2017, convertido em lei sob o número 13.494/2017, o montante consolidado foi de R\$ 3.147 em 60 parcelas. No ano de 2021 foram pagas 12 parcelas e a posição no fechamento de balanço é de 12 parcelas dando um total de R\$ 504.
- (c) Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS (% hc x ABI): ABIs x percentual histórico: informa o valor total dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI) notificados à operadora de planos de saúde e ainda não cobrados pela ANS, multiplicado pelo percentual histórico de cobrança (%hc), que é calculado a partir do total dos valores cobrados sobre o total dos valores notificados, com base nos ABI emitidos até 120 dias anteriores ao mês de referência.
- (d) Eventos a Liquidar para o SUS – Depósito Judicial: retrata o valor total cobrado, cujo objeto está em discussão judicial pela operadora de plano de saúde, atualizado com de correção até a data de referência. O valor reconhecido é superior ao informado no site da ANS em virtude da atualização do depósito judicial ser maior.

### 14.3 Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. RN 393/2015 e alterações vigentes, que determinou a constituição desta provisão a partir de 1º de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Conforme publicação da RN 227/10 e alterações vigentes, que determinou que a provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores que atendam os critérios da RN 392/2015 e alterações vigentes.

A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas e não vinculadas.

Quadro demonstrativo de valores:





<b>Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Prestadores – Médicos Cooperados	8.416	7.070
Prestadores – Rede Contratada e Credenciada	17.209	16.484
Prestadores – Intercâmbio	1.037	950
Prestadores – Reembolso	83	71
<b>Total Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores</b>	<b>26.745</b>	<b>24.575</b>

#### **14.4 Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)**

##### **PEONA – Outros Prestadores**

Regulamentado pela RN 393/2015 da ANS, a cooperativa aprovou cálculo de metodologia própria para provisão da PEONA, calculada por cálculo atuarial realizado pela Prospera Consultoria LTDA registrado no CIBA 135.

A cooperativa efetuou até 31 de dezembro de 2021 o cálculo da PEONA que representa o montante de R\$ 19.890 (2020 – R\$ 15.196) apurado por cálculo atuarial, ou seja, 100% da provisão exigida.

##### **PEONA – SUS**

A cooperativa efetuou até 31 de dezembro de 2021 o cálculo da PEONA do SUS que representa o montante de R\$ 1.150 apurado por metodologia regulamentada pela RN 393/2015 e alterações vigentes.

A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

#### **15. GARANTIAS FINANCEIRAS**

A seguir apresentamos a composição da necessidade de ativos garantidores pelas provisões técnicas, conforme parecer atuarial:



Provisões Técnicas	
PEONA Outros Prestadores	19.890
PEONA SUS	590
Provisão para Remissão	371
PESL Outros Prestadores (Beneficiários OPS)	21.399
PESL Outros Prestadores (Corresponsabilidade Assumida)	5.347
(-) Créditos a receber de corresponsabilidade assumida	-5.347
PESL SUS	5.021
(-) PESL SUS Parcelada	-504
(-) PESL SUS ABI's x %hc - Índice de Adimplência	-628
(-) PESL SUS suspensa com mais de 5 anos do vencimento	0
(-) Depósitos Judiciais - Ressarcimento ao SUS	-3.691
<b>TOTAL DAS PROVISÕES TÉCNICAS COM EXIGÊNCIA DE ATIVO</b>	<b>42.449</b>
<b>APLICAÇÕES GARANTIDORAS</b>	<b>49.566</b>
<b>SUFICIENTE</b>	

## 16. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

Quadro resumo:

Débitos de Operações de Assistência a Saúde	2021	2020
Contraprestações a restituir (a)	35	27
Comercialização sobre Operações (b)	1	5
Intercâmbio a Pagar de Corresponsabilidade Assumida (c)	722	543
<b>Total de Débitos de Operações de Assistência a Saúde</b>	<b>758</b>	<b>575</b>

(a) Contraprestações recebidas em duplicidade;

(b) Comissões a pagar sobre vendas de planos de saúde;

(c) Intercâmbio a pagar relativo a atendimento habitual de intercâmbio, conforme RN 430/17 ANS.

## 17. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Quadro resumo:

Débitos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados com Planos de Assistência à Saúde	2021	2020
Débitos a prestadores de serviços de assistência à saúde (a)	1.875	1.540
Outros débitos não relacionados com planos da operadora (b)	625	331
<b>Total de Débitos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados com Planos de Assistência à Saúde</b>	<b>2.500</b>	<b>1.871</b>

(a) Débitos referentes aos custos dos atendimentos a beneficiários de outras Unimed, de contratos de autogestão e prestação de serviços de saúde ocupacional;



(b) Referem-se a débitos de cédula de presença de diretores e bonificação de descanso remunerado a cooperados.

## 18. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER – CURTO PRAZO E LONGO PRAZO

Quadro resumo:

Tributos e Contribuições a Recolher	2021	2020
Imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ	-	642
Contribuição social s/ Lucro Líquido a Pagar	73	266
Imposto sobre Serviços	91	106
Contribuições Previdenciárias	493	575
FGTS a Recolher	186	201
COFINS e PIS/PASEP	363	496
Imposto de Renda Retido Fonte – Funcionários	196	180
Imposto de Renda Retido Fonte – Terceiros	2.606	3.706
Imposto sobre Serviços Retido na Fonte	343	291
COFINS a Recolher – Lei 10.833/03	-	1
Contribuições Previdenciárias Retidas Terceiros	494	440
Outros Tributos (a)	463	393
Parcelamento de Tributos e Contribuições (18.1)	2.379	11.368
<b>Total de Tributos e Contribuições a Recolher</b>	<b>7.687</b>	<b>18.665</b>

(a) Outros Tributos correspondem a tributos retidos de PIS/COFINS/CSLL a recolher sob o código de receita 5952 de acordo com a lei 10.833/03, contribuição sindical e assistencial dos colaboradores.

### 18.1 Parcelamento Especial - Refis Lei 11.941/2009

A cooperativa optou pelo parcelamento de seus débitos tributário na forma da Lei 11.941/2009.

O parcelamento foi realizado em 180 meses e até 31 de dezembro de 2020 foram pagas 134 parcelas, restando 46 a serem quitadas. A cooperativa realiza paga/mentos pontualmente para que não ocorra a perda do parcelamento por inadimplência, sendo neste caso os impostos devidos integralmente, sem as reduções de multas e juros constantes no parcelamento. O saldo do parcelamento é atualizado mensalmente pela taxa Selic.

Este parcelamento está relacionado à IN-20 da DIOPE-ANS, sendo o débito ativado em nome dos cooperados, conforme nota 10.2.

Distribuição dos débitos ativados de acordo com a IN nº 20 da DIOPE/ANS, na qual foram incluídos no REFIS, segregados por tributo e competência:



Tributos	Competência	2021	2020
IRRF	07/2004.	-	-
PIS S/FATURAMENTO	12/1991, 12/1992, 02/1993 a 12/1995 e 03/1996 a 08/1996 e 2004 a 2009.	106	508
COFINS	04/1992 a 08/1996 e 2004 a 2009.	1.519	7.259
IRPJ	1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998 e 2004 a 2009.	309	1.474
CSLL	1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998 e 2004 a 2009.	359	1.716
INSS	1992.	73	351
FINSOCIAL	01/1991 a 03/1992.	13	60
<b>TOTAL</b>		<b>2.379</b>	<b>11.368</b>

Os débitos consolidados referem-se aos impostos de PIS e COFINS do ano de 2004 a 2009, débitos de Imposto de Renda e Contribuição Social do mesmo período, e parte dos montantes parcelados referem-se à PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição social do período entre Dez/1992 a Dez/1998, a cooperativa tem recolhido regularmente esses débitos e parte da dívida já foi amortizada, por depósitos judiciais convertidos em renda e abatidos no montante anteriormente parcelado. Para os débitos relativos ao IRPJ e CSLL de 1992 a 1996 que se referem ao processo 10.835.003883/96-01, conforme evidenciado na nota explicativa 10.1, havia um depósito judicial que na época da consolidação não havia sido abatido no saldo devedor. Sendo que em novembro de 2021 houve a conversão do valor depositado em pagamento da dívida, que em sua reconsolidação realizada pela PGFN, quitou-se o Refis de demais débitos vinculados a PGFN.

No exercício de 2021 a movimentação desse parcelamento foi:

REFIS Lei 11.941/2009				
	Demais Débitos - PGFN	Débitos Previdenciários - PGFN	Demais Débitos - RFB	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>8.094</b>	<b>124</b>	<b>3.150</b>	<b>11.368</b>
(-) Pagamento/Amortização	-8.094	-124	-771	-8.989
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.379</b>	<b>2.379</b>
Curto prazo	0	0	840	840
Longo prazo	0	0	1.540	1.540
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.379</b>	<b>2.379</b>



## 19. DÉBITOS DIVERSOS

A composição dos “Débitos Diversos” está representada pelas contas demonstradas a seguir:

Débitos Diversos	2021	2020
<b>Curto Prazo</b>		
Obrigações com Pessoal	3.051	3.203
Fornecedores a pagar	6.503	6.582
Depósitos de Beneficiários e Terceiros (a)	578	196
Outros Débitos a Pagar (b)	2.507	1.592
<b>Total curto prazo</b>	<b>12.639</b>	<b>11.573</b>
<b>Longo Prazo</b>		
Multa Administrativa ANS – Parcelamento PRD	-	-
Outros Débitos a pagar (b)	3.805	2.685
<b>Total longo prazo</b>	<b>3.805</b>	<b>2.685</b>
<b>Total Débitos Diversos</b>	<b>16.443</b>	<b>14.258</b>

- (a) Refere-se a valores recebidos pela cooperativa beneficiários e terceiros, através de depósito bancário, que após identificação das mesmas, são liquidadas as faturas registradas no Ativo Circulante bem como os recebimentos antecipados de mensalidade. Esse valor, mesmo registrado no passivo circulante, não representa saída de caixa futuro.
- (b) Parte de Outros Débitos a pagar são decorrentes de Receitas Antecipadas de seguro relativo à Remissão, que será apropriada na medida da cobertura contratual do remido, cujo valores a curto prazo é de R\$ 2.507 e longo prazo de R\$ 3.805.

## 20. CONTA-CORRENTE DE COOPERADOS

O grupo “Conta corrente de Cooperado” é constituído pelas contas:

Conta corrente de Cooperado	2021	2020
Capital a Restituir	301	222
Sobras a Distribuir	-	11
Benefícios a Cooperados	2	5
Valores Diversos a Pagar/Devolver para Cooperado	10	7
Contrato Plano Médico Cooperado (a)	1.106	1.092
<b>Total Conta corrente de Cooperado</b>	<b>1.419</b>	<b>1.337</b>

- (a) São valores dos custos dos planos de saúde dos cooperados referente aos seus dependentes, agregados e afins, que serão descontados de suas remunerações de produção no momento do pagamento.



## 21. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

Segue quadro resumo de saldos:

Provisões para Ações Judiciais	2021	2020
Provisões para Ações Tributárias (21.1)	31.153	27.145
Provisões para contingências cíveis (21.2)	1.737	1.900
Provisão para Ação Trabalhista (21.2)	2.906	2.865
Provisão para Multas Administrativas – PGFN (21.3)	4.295	4.917
<b>Total de provisões para Longo prazo</b>	<b>40.091</b>	<b>36.827</b>

### 21.1 Provisões para Ações Tributárias:

#### IRPJ e CSLL

Em 2016 a cooperativa mudou o critério de alocação dos valores de diferença de tabela e taxa de administração do intercâmbio, passando a figurar como ato cooperativo, o que reduziu a carga tributária do IRPJ e CSLL, entendendo que não existe ganho patrimonial uma vez que a soma destes valores é inferior às despesas administrativas desta operação, e a relação para atendimento de beneficiários é entre cooperativas do sistema Unimed, portanto configura-se como ato cooperativo. Não existe legislação específica que trate sobre essa matéria, no entanto, para maior segurança da cooperativa a administração optou desde o exercício de 2017 pela provisão dos tributos que nesse momento está na quantia de R\$ 5.416 (2020 – R\$ 4.857).

#### Provisão para ISSQN – Lei Complementar 157/2016 e 175/2020:

Provisão e depósitos de ISS referente à Lei complementar 157/2016 e 175/2020 que estão suspensas por liminar na ADI 5835. Para maior segurança jurídica da cooperativa a administração optou por impetrar ações judiciais juntos aos municípios que estão domiciliados fora de sua sede e que tenham contratantes de planos de saúde, efetuando os depósitos de acordo com a jurisprudência vigente, ou seja, tributando segundo a alíquota de cada município, utilizando a receita e deduzindo os custos assistenciais. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 8.189 (2020 – R\$ 5.991).





#### **Provisão para IRPJ/COFINS – Refis:**

O Processo 2002.611.2002489-3 entrou no parcelamento da lei 11.941/2009. Devido ao desacordo do valor a ser amortizado houve contestação tanto da parte da Cooperativa como da Procuradoria Geral da Fazenda Federal (PGFN), o valor do depositado não foi levantado pelo fisco e está em uma conta da CEF vinculada à cooperativa, a administração decidiu em constituir provisão no passivo para caso a cooperativa não consiga realizar o levantamento deste depósito ou abater do valor do REFIS. No ano de 2021 a PGFN acatou o abatimento no parcelamento Refis sendo revertido o depósito em renda a favor da União. Sendo assim foi revertido provisão da contingência na qual seu saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 0 (2020 – R\$ 4.308).

#### **Provisão para PIS/COFINS corresponsabilidade assumida:**

Com o advento da RN 430/17 da ANS que definiu pela escrituração dos atendimentos do intercâmbio habitual em contas de resultado e pela IN 1.911 da RFB que trata sobre a matéria de PIS e Cofins, a administração da cooperativa entendeu que existe um risco de possível tributação da operação de intercâmbio e deliberou pelo provisionamento. O valor total provisionado até o dia 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 10.354 (2020 – R\$ 9.836).

#### **Provisão para COFINS – Alíquota 3%~4% - Autuação:**

No ano de 2021 a cooperativa sofreu um Auto de Infração decorrente de uma ação fiscalizatória da Receita Federal do Brasil dos tributos Pis e Cofins do ano calendário de 2018 em relação à insuficiência de recolhimentos de COFINS. A alegação da RFB é o art. 8º - A da Lei 9.718/98 que estabelece em 4% (quatro por cento) a alíquota da COFINS devida pelas operadoras de planos de assistência à saúde. A cooperativa por orientação de sua assessoria jurídica e decisões do Seminário Nacional da Unimed do Brasil tributa suas receitas relacionadas a plano de saúde a 4% e tributa a 3% as demais receitas que não são relacionadas a plano de saúde, como intercâmbio, autogestão, aplicação de vacina e saúde ocupacional. A administração por orientação da assessoria jurídica impetrou defesa administrativa alegando segregação das receitas uma vez que a base legal informada no auto de infração restringe apenas a atividade de plano de saúde. A defesa ainda não foi julgada. A administração decidiu constituir provisão da diferença de alíquota de Cofins para as receitas não relacionadas a plano de saúde para os anos de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021, que totalizam em 31 de dezembro R\$ 3.818.



### Outras Provisões:

Existem outros processos de notificações de CSLL e IRRF e créditos de Per/Dcomp, em discussão judicial cujos saldos estão sendo provisionados no montante de R\$ 580, os quais possuem depósitos judiciais no mesmo montante. Existe também uma provisão relativa à tributação de IRPJ e CSLL sobre ganho na venda de ativo imobilizado em 2019, na qual a administração optou pelo provisionamento entendendo haver risco, no montante de R\$ 1.592 (2020 – R\$ 1.528).

### 21.2 Contingências Cíveis e Trabalhistas

As ações cíveis que envolvem a cooperativa, e que são consideradas pela assessoria jurídica de possível ou provável perda, estão demonstradas abaixo:

Tipo da Ação	Possível /Provável	Valor Estimado 2021	Valor Estimado 2020
Contingências Cíveis (a)	Provável	992	672
Contingências Cíveis (a)	Possível	12.015	36.529
Contingências Cíveis (a)	Remoto	10.513	0
Contingências Trabalhistas	Provável	3.088	2.812
Contingências Trabalhistas	Possível	0	229
Provisão Execução Fiscal ANS (b)	Possível	811	787

O valor provisionado pela contabilidade em 31 de dezembro de 2021, para o montante do quadro acima, representa R\$ 4.643 (2020 – R\$ 4.766), referente ao risco declarado no relatório dos advogados como probabilidade de perda provável e de ações com risco possível, porém, com depósito judicial.

#### (a) Contingências Cíveis:

A cooperativa possui discussão na esfera cível sendo a de maior relevância o processo movido pelo Ministério Público da comarca de Presidente Prudente – SP, sob o nº 0003397-43.2004.8.26.0482 (482.01.2004.003397), em 2004 o qual transitou em julgado em 2011, tendo ocorrido perda de prazo do recurso especial em 07/11/2011, com certidão do trânsito em julgado em 24/09/2012, a matéria em discussão trata-se da cobrança dobrada de mensalidade das pessoas com faixa etária maior de 60 anos em contratos não regulamentados (anteriores a lei 9656/98). As ações de execução e cobrança por parte de beneficiários começaram a ser conhecidas pela cooperativa em 2014. Para cada ação de execução ajuizada por beneficiários





foram efetuadas defesas judiciais em todas as esferas competentes, para discutir se o tempo de prescrição seria de 3 ou 5 anos a partir da data da perda do prazo ou da data da publicação do acórdão, dentre outros fundamentos jurídicos. O risco financeiro estava estimado em R\$ 163.611 em 31 de dezembro de 2018, conforme orientação dos advogados, e, sem prejuízo as discussões em andamento a administração optou a partir de abril de 2019, iniciar tratativas de acordo para negociação dos valores pleiteados junto aos escritórios de advocacia da cidade que representam os demandantes. Negociou a suspensão dos processos de execução enquanto há discussão sobre os valores pleiteados. O saldo das ações em 31 de dezembro 2021 é de R\$ 7.093 (R\$ 28.427 – 2020) e a cooperativa continua as tratativas para acordo dos demais processos que estão suspensos.

Independente dos acordos prossegue a discussão em juízo no Superior Tribunal de Justiça, onde existem decisões favoráveis e contrárias aos argumentos propostos pelos advogados da cooperativa.

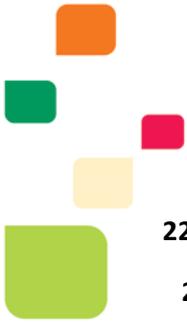
(b) Execução Fiscal ANS:

A ANS está cobrando judicialmente valores relativos à multa de não envio de documento obrigatório – Documento de Informações periódicas das Operadoras de Planos de Saúde – DIOPS e multa por irregularidade na comercialização de planos de saúde. A assessoria jurídica da Unimed efetuou as defesas judiciais e realizou depósito judicial referente a estes valores para andamento da defesa.

**21.3 Provisão para Multa Administrativa – PGFN:**

Durante discussão judicial de processo tributário, os quais a cooperativa optou pelo REFIS utilizando benefício da Lei 11.491/2009, descritos na Nota explicativa 18.1, ocorreu descumprimento de decisão judicial para depósito de percentual sobre o faturamento como garantia do débito. As multas aplicadas estão sendo discutidas judicialmente e a assessoria jurídica definiu como probabilidade de perda provável, sendo provisionado o montante de R\$ 4.295 (2020 – R\$ 4.917) atualizado até 31 de dezembro de 2021.





## 22. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

### 22.1 Capital Social

O Capital Social está dividido entre 542 médicos cooperados, sendo que o valor da quota parte é de R\$ 1,00.

### 22.2 Reservas

As reservas regulamentadas por lei e estatuto da cooperativa podem assim ser identificadas:

#### (a) RATES

Tem a finalidade de prestar amparo aos cooperados e seus familiares bem como aos empregados da Sociedade, além de programar atividades de incremento técnico e educacional dos sócios cooperados. É constituído por, no mínimo 5% (cinco por cento) das sobras apuradas no Balanço anual e pelo resultado de operações com não associados.

#### (b) Fundo de Reserva

Tem a finalidade de reparar eventuais perdas da cooperativa. É constituído por, no mínimo 10% (dez por cento) das sobras apuradas no Balanço anual.

#### (c) Reserva para Margem de Solvência

Constituída a partir das sobras conforme art. 85 do estatuto social com o fim de estabelecer condição econômico-financeira a cooperativa no sentido de dar suporte para constituição da margem de solvência.

## 23. CAPITAL REGULATÓRIO

Adicionalmente as operadoras de planos de saúde estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 451/2020, RN 227/2010, RN 392/2015, RN 393/2015 e alterações vigentes:

### I. Capital Base

Calculado a partir da multiplicação de um fator variável “K”, obtido no Anexo I da RN nº 451/2020, pelo capital base de R\$ 9.727 (R\$ R\$ 8.977 em 2020), reajustado pela variação do IPCA acumulada entre julho do ano anterior e junho do ano atual.





<b>Cálculo do Capital Base</b>	
<b>Capital de Referência (até jun/2022)</b>	9.727
<b>Fator K</b>	8,82%
<b>Capital Base calculado</b>	<b>857</b>

O Capital da cooperativa excede o valor do patrimônio líquido exigido pela Norma Técnica.

## II. Margem de solvência (MS)

Regulamentada pela RN 451/2020 da ANS corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social ajustado por efeitos econômicos, sendo regulamentado pelo patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses dos dois o maior. Os prazos permitidos para adequação da Margem de Solvência foram redefinidos em 22 de dezembro de 2012 resumindo-se da seguinte forma os limites mínimos de percentuais e os respectivos prazos:

- Em 31 de dezembro de 2012 – 35%
- Entre janeiro de 2013 a novembro de 2013, 35% adicionado a proporção cumulativa mensal de 0,25%
- Em 31 de dezembro de 2014 – 41%
- Entre janeiro de 2014 a novembro de 2022, 41% adicionado a proporção cumulativa mensal de 0,615%
- Em 31 de dezembro de 2022 – 100%

A margem de solvência calcula com base em 31/12/2021 é de R\$ 89.344, sendo que o montante mínimo exigido, considerando 75% (em razão da antecipação CBR) é de R\$ 67.008, portanto a cooperativa apresenta em 31/12/2021 patrimônio líquido suficiente.

<b>Cálculo da Margem de Solvência</b>	
0,20 x $\sum$ 12 meses contraprestações líquidas	80.756
0,33 x $\sum$ 36/3 meses eventos indenizáveis líq.	89.344
Margem de Solvência calculada	89.344
<b>Margem de Solvência exigida - 75%</b>	<b>67.008</b>
<b>Patrimônio Líquido Ajustado</b>	<b>83.533</b>
<b>SUFICIENTE</b>	



### III. Capital Baseado em Risco (CBR)

A cooperativa no ano de 2020 fez a adoção antecipado pelo modelo padrão de capital baseado em riscos, onde será compreendido em cinco riscos, sendo que até 31/12/2021 havia regulação dos Risco de Subscrição, Crédito e Operacional sendo os demais regulamentados até 31/12/2022. Portando, como estabelecido na RN 451/2020 e alterações, com a adoção a cooperativa fica com o percentual da margem de solvência exigível congelada em 75% sendo seu capital regulatório até 31/12/2022 o maior valor entre Margem de Solvência e Capital Baseado em Risco.

Fator padrão	
CRS - Subscrição	18.169
CRC – Crédito	11.757
CRO – Operacional	10.810
<b>CBR</b>	<b>36.924</b>

### 24. OUTROS AJUSTES DE DECORRENTE DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20/2018 ANS

A entidade no exercício de 2021 efetuou ajustes do exercício anterior pela baixa dos valores a receber de cooperados de acordo com a IN 20/2018 ANS no montante de R\$ 4.845.

Estes ajustes estão assim refletidos no exercício de 2021:

Descrição	Redução / Aumento	Valor
Baixa IN-20 – Crédito Cooperado Refis (a)	Redução da apuração	(4.845)

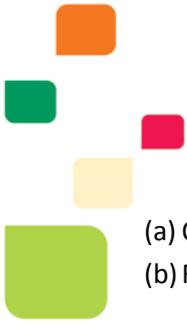
(a) Baixa de crédito a receber de cooperados decorrente da adoção da IN 20/2008 da ANS.

### 25. PROVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Resumo da apuração do Imposto de renda e Contribuição Social:

Provisão IRPJ e CSLL	2021	2020
(=) Lucro Antes dos Impostos	27.685	48.825
(+) Adições (Exclusões) Permanentes	11.452	4.609
(+) Adições (Exclusões) temporárias	719	4.623
(-) Exclusão relativa ao ato cooperativo (a)	(4.481)	(19.411)
Base de Cálculo antes do prejuízo fiscal	19.995	38.646
Base de Cálculo depois da compensação do prejuízo fiscal	19.995	38.646
IRPJ = 15% + (10% o que for superior a R\$ 240.000) – PAT (b) (c)	4.827	9.331
CSLL = 9%	1.799	3.478





- (a) Os critérios para apuração de atos cooperativos estão elencados desta Nota Explicativa;
- (b) Foi deduzido do IRPJ o valor de R\$ 119 (2020 – R\$ 232), relativo a deduções de incentivos fiscais ao PAT.
- (c) A cooperativa realizou destinação de parte do IRPJ devido, no montante de R\$ 28 (2020 – R\$ 50), ao Fundo dos Diretos da Criança e do Adolescente do município de Presidente Prudente, o valor destinado representa aproximadamente 1% do imposto devido no ano de 2021.

A Cooperativa não possui Ativo Fiscal Diferido em 31 de dezembro de 2021.

### **Apuração de Atos Cooperativos e Auxiliares**

#### **ATOS COOPERATIVOS**

Os Atos Cooperativos Principais referem-se às operações exclusivamente com os associados do Sistema Unimed. Os Atos Cooperativos Auxiliares referem-se às operações com meios credenciados, para execução de serviços auxiliares ao trabalho médico cooperado.

A cooperativa para fins de apuração de IRPJ e CSLL considera os atos cooperativos auxiliares como tributáveis.

A apuração do resultado dos atos cooperativos e não cooperativos, visa atender o artigo nº 87 da Lei nº 5.764/71 e legislação tributária, onde os resultados dos atos não cooperativos serão levados para a conta do RATES, permitindo ainda a apuração da Contribuição Social e Imposto de Renda.

#### **CRITÉRIOS DE PROPORCIONALIDADE E SEGREGAÇÃO DOS ATOS COOPERATIVOS E NÃO COOPERATIVOS**

Para fins societários a cooperativa adotou o critério de segregar as receitas na mesma proporção dos custos relativos aos atos cooperativos principais, auxiliares e atos não cooperativos.

Algumas operações são alocadas diretamente nos atos, de acordo com o julgamento se a operação se classifica ou não diretamente em ato cooperativo.



## 26. FORMAÇÃO E DESTINAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

DESCRIÇÃO	2021	2020
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>12.064</b>	<b>36.003</b>
Resultado dos Atos Cooperativos Principais – ACP	4.481	19.481
Resultado dos Atos Cooperativos Auxiliares – ACA	4.175	12.243
Resultado dos Atos Não Cooperativos – ANC	3.408	4.279
<b>DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS:</b>		
(-) Reserva Legal (10% ACP+ACA)	(866)	(3.172)
(-) RATES (5% ACP+ACA + 100% ANC)	(3.841)	(5.865)
<b>REVERSÃO DE RESERVAS:</b>		
(+) Utilização RATES	2.508	197
<b>OUTROS AJUSTES:</b>		
(-/+ ) Ajuste de exercícios Anteriores	-	205
Baixa IN 20 - Cooperados (REFIS)	(4.846)	(3.357)
(-) Atualização do Fundo Margem de Solvência (b)	-	(13)
Adiantamento de Sobras 2020	-	(6.776)
<b>SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.</b>	<b>5.020</b>	<b>17.222</b>

- (a) Reserva sobre as sobras para composição da Margem de Solvência conforme artigo 93 do Estatuto Social.
- (b) Atualização referente ao Fundo para Margem de Solvência, descontado na produção dos cooperados, e que foi atualizado conforme rendimento em aplicação financeiro específica.

## 27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	2021	Variação %	2020
Despesas com Administração e Conselhos (a)	2.669	13,9%	2.343
Despesas com Pessoal (b)	20.488	-1,0%	20.686
Despesas com Serviços de Terceiros (c)	3.749	10,4%	3.395
Despesas com Localização e Funcionamento (d)	2.606	13,2%	2.301
Despesas com Publicidade e Propaganda	1.724	9,4%	1.576
Despesas com Tributos (e)	163	58,4%	103
Despesas Administrativas Diversas (f)	4.482	235,5%	1.336
<b>Total</b>	<b>35.881</b>	<b>13,0%</b>	<b>31.740</b>

- (a) Honorários dos conselhos administração, diretoria executiva, conselho fiscal;
- (b) Salários e benefícios para colaboradores e encargos sociais sobre folhas de pagamentos;
- (c) Serviços de terceiros relativo a trabalhos advocatícios, auditorias, consultoria, entre outros;
- (d) Utilização e manutenção das instalações da cooperativa, tais como: energia, água, segurança, alugueis, limpeza, manutenção, telefone e demais despesas de expediente;
- (e) Despesas com tributos não incidentes sobre receita e resultado, tais como: taxas, IPVA, licenças, entre outros;
- (f) Despesas não classificadas anteriormente, tais como: Rates do Cooperado, Contribuições e Donativos, Despesas Judiciais, Multas Administrativas - ANS, entre outros.

## 28. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Quadro resumo:

DESCRIÇÃO	2021	2020
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>9.497</b>	<b>6.874</b>
Receitas com aplicações financeiras	7.067	3.215
Receitas por recebimento em atrasos	1.178	865
Receitas com crédito tributário	60	-
Receitas com depósitos judiciais e fiscais	145	240
Receitas Financeiras Diversas	1.047	2.554
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(2.240)</b>	<b>(2.543)</b>
Despesas com aplicações financeiras	-	(1)
Despesas Financeiras com Operações com Assistência a Saúde	92	(428)
Despesas com Empréstimos e Financiamentos	(38)	(27)
Despesas Financeiras de Encargos sobre Tributos	(1.341)	(1.113)
Despesas Financeiras Diversas	(953)	(974)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>7.257</b>	<b>4.331</b>

## 29. PRECIFICAÇÃO

Os critérios de rateio utilizados na rede assistencial própria, ambulatórios e hospital, que operam no mesmo CNPJ da Operadora é o preconizado na no item 4 do Capítulo IV da RN 472/2018. A operadora precifica os eventos na rede própria por beneficiário atendido, sendo esta precificação não registrada contabilmente, apenas gerencial. Ao final do mês é levantado os custos ocorridos em cada rede, ociosidade, e realizado o rateio dos custos pelos atendimentos ocorridos proporcionalmente a precificação de cada evento sendo registrado contabilmente conforme plano de contas padrão da ANS. Não é registrada qualquer despesa de recursos próprio como despesa administrativa, ainda que seja relacionada à água, energia elétrica ou qualquer outro gasto com funcionamento. A Operadora mantém controle gerencial dos atendimentos aos seus beneficiários onde consta o CPF do beneficiário, o procedimento efetuado, a data e a precificação, de acordo com o preço que a operadora pratica com atendimentos de pacientes que não são beneficiários dos planos de saúde comercializados por ela.

## 30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Cooperativa considera como partes relacionadas às pessoas ou as entidades que estão relacionadas com a Unimed Prudente, considerando as premissas do CPC 05 (R1) Divulgação Sobre Partes Relacionadas, que considera principalmente como influência significativa, membros do



corpo administrativo, entidades coligadas, controladas e empresas de um mesmo grupo econômico.

Nesse sentido, as demais entidades integrantes do sistema Unimed (Intercâmbio) não são consideradas partes relacionadas.

As transações realizadas pela Cooperativa com partes relacionadas estão representadas principalmente por seus cooperados, que compreendem:

Descrição	2021			2020		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Conta Corrente com Cooperados (Ativo)	347			334		
Conta Corrente com Cooperados (Passivo)		1.420			1.337	
Passivo Tributário a Receber de Cooperados (IN-20)	2.379			11.368		
Remuneração dos administradores e conselhos			1.831			1.586
Produção Médica			108.841			95.216
Benefícios a Cooperados (a)			9.218			9.430

(a) Produção médica complementar e cédulas pagas por participação em eventos.

### 31. COBERTURA DE SEGUROS

A cooperativa adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2021, é assim demonstrada:

ITENS	TIPO DE COBERTURA	VALOR SEGURADO
Imóveis	Incêndio, danos materiais, elétricos, roubo, furto, quebra de vidros, raios, explosão	17.725
Veículos (a)	Casco, incêndio, roubo, danos materiais, corporais, danos morais	900
Diretoria	Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores	50.000

(a) As coberturas para os cascos dos veículos estão vinculadas a 100% da tabela Fipe e o valor do seguro está considerando as demais coberturas.



### 32. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Na montagem da demonstração dos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos foram efetuados os seguintes ajustes entre os saldos das contas patrimoniais para eliminar efeitos de variações que efetivamente não representaram movimentação de caixa de conformidade com a CPC 03 (R2) e NBC TG 03 (R3), aprovada pelo CFC:

DEMONSTRAÇÃO FLUXO DE CAIXA	2021	2020
<b>Resultado Líquido</b>	<b>12.064</b>	<b>36.003</b>
<b>Ajuste ao resultado</b>		
(+) Depreciação no ano	613	734
(+) Baixas de Imobilizado e Intangível	4	27
(+) Amortização no ano	75	84
(+) Juros sobre empréstimos	38	27
(-) Resultado da venda de imobilizado	(0)	(42)
(-) Aumento nos investimentos (sobras e dividendos recebidos)	(636)	(2.995)
<b>Saldo Ajustado</b>	<b>12.159</b>	<b>33.838</b>

Ajustes das Variações dos Saldos das Contas de Ativo e Passivo Operacional		
<b>Ativo</b>		
(-) Aumento ou (+) Redução das Aplicações financeiras	4.260	(25.913)
(-) Aumento ou (+) Redução dos Créditos de Operações com Planos	(2.142)	44
(-) Aumento ou (+) Redução dos Créditos de Op Não Relac a Planos	(877)	456
(-) Aumento ou (+) Redução de Créditos Tributários e Previdenciários	(171)	(133)
(-) Aumento ou (+) Redução de Bens e títulos a receber	118	(827)
(-) Aumento ou (+) Redução de Despesas Antecipadas	(1)	(9)
(-) Aumento ou (+) Redução de Conta Corrente com Cooperados	8.975	3.239
(-) Aumento ou (+) Redução de Outras Valores e Bens	1.877	(1.909)

<b>Passivo</b>		
(+) Aumento ou (-) Redução das Provisões Técnicas	3.166	(6.528)
(+) Aumento ou (-) Redução dos Débitos de Operações de Assistência a Saúde	183	124
(+) Aumento ou (-) Redução dos Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS	629	117
(+) Aumento ou (-) Redução das Provisões	-	-
(+) Aumento ou (-) Redução dos Tributos e Contribuições a Recolher	(10.977)	(2.828)
(+) Aumento ou (-) Redução do Conta-Corrente de Cooperados	82	153
(+) Aumento ou (-) Redução do Débitos Diversos	2.185	2.204
(+) Aumento ou (-) Redução das Contingências com efeito no resultado do exercício	3.264	4.890
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>22.731</b>	<b>6.918</b>

### 33. IMPACTOS DA COVID-19

A continuidade da Pandemia com COVID-19, afetou o resultado do exercício principalmente em duas frentes, sendo elas aumento dos custos assistenciais, especificamente em 2,6% com ações para a atendimento aos pacientes com COVID -19, e, redução das receitas de contraprestação.

Como aumento dos custos assistenciais destacamos:

- (a) aumento dos gastos com UTI e internações clínicas, envolvendo honorários profissionais, aumento dos insumos (materiais e medicamentos), inclusive com necessidade de importação devido à escassez no mercado Brasileiro, aquisição de equipamento de EPI e pagamento de exames de diagnóstico para detecção da contaminação pelo Vírus.
- (b) Os gastos para tratamento das sequelas deixadas pelas doenças ocasionadas pelo vírus representam incremento nos custos assistenciais.
- (c) Aquisição e aluguel de equipamentos para a rede credenciada e própria; respiradores, monitores, e, outros devido à escassez do mercado.
- (d) Ampliação e aluguel de leitos específicos para pacientes COVID-19 junto a rede credenciada.
- (e) Retorno da utilização normal acrescido da demanda reprimida, em virtude de as pessoas terem deixado de efetuar seus cuidados médicos durante o período de maior isolamento ocorrido em 2020.

Em relação a redução das contraprestações, o impacto foi devido ao reajuste negativo ocorrido nos contratos pessoa física, e, o reflexo deste na negociação do reajuste dos contratos pessoa jurídica.

### 34. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A data da autorização para conclusão e elaboração das Demonstrações Financeiras foi dada pela Diretoria Executiva da cooperativa em 08 de março de 2021.

---

**NILVA GALLI**  
DIRETORA PRESIDENTE

---

**JOÃO ALBERTO ARTONI  
DE CARVALHO**  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

---

**RAFAEL BATALHOTI CAMPOS**  
CONTADOR  
CRC: 1SP268357/O-7

---

*Túlio M. Machado*  
**PROSPERA CONSULTORIA LTDA**  
ATUÁRIO  
CIBA 135



## Termo de Responsabilidade Atuarial e Provisões Técnicas

4º TRIMESTRE DE 2021

Eu, Túlio Martins Machado, telefone (11) 2424-4696, e-mail prospera@prosperabr.com, inscrito no CPF sob o n.º 067.854.016-07, como atuário legalmente habilitado, com número de registro profissional MIBA 2.540, sou responsável pelo cálculo das Provisões Técnicas da operadora UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE COOPERATIVA DE TRAB. MÉDICO, registrada sob o n.º 31.579-6 na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS,

DECLARO, para os devidos fins de direito:

A - que os trabalhos foram conduzidos de acordo com os princípios atuariais e as diretrizes estabelecidas pela regulamentação vigente. Desta forma, as Provisões Técnicas foram verificadas e apuradas com base em metodologias atuariais de cálculo aderentes à realidade operacional da operadora;

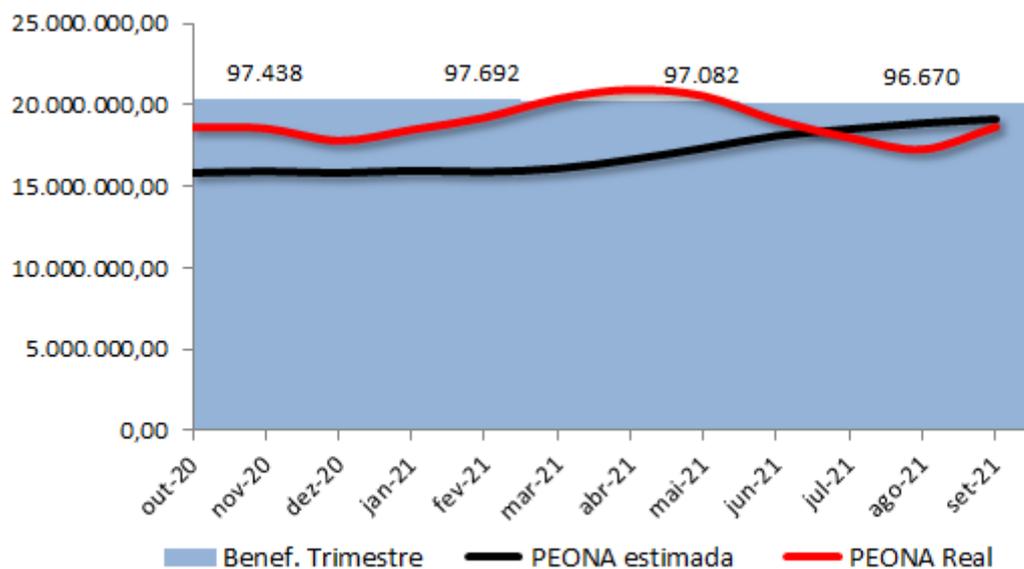
B – que no quadro abaixo estão dispostos os valores das provisões apuradas por mim para cada mês do trimestre em referência:

Mês de Competência	Provisão para Remissão	PEONA
Out/21	R\$ 446.638,79	R\$ 19.255.068,90
Nov/21	R\$ 401.955,67	R\$ 19.530.601,99
Dez/21	R\$ 371.319,03	R\$ 19.890.421,28

C - que executei testes que atestam a qualidade dos dados que serviram de base para a elaboração do cálculo da Provisão para Remissão e PEONA;

D – que ao proceder à apuração da Provisão para Remissão e da PEONA, não foram observados fatos relevantes;

Em relação à PEONA, com os dados atualizados até dez/21 pudemos aferir a PEONA real até o mês set/21 (em razão do descarte de 3 meses), e observamos a continuidade da consistência do fator de cálculo, segue o gráfico que demonstra a PEONA Real e a calculada pelo fator atual:



Dessa forma, para garantir a continuidade da consistência das estimativas, o fator de cálculo foi mantido, sendo igual a 0,7919, para a contabilização a partir da competência jan/2022.

E – assumir, integral responsabilidade pela fidedignidade das declarações ora prestadas, ficando a ANS, desde já, autorizada a delas fazer, nos limites legais e em juízo ou fora dele, o uso que lhe aprouver;

F – estar ciente que qualquer comissão ou omissão de informação, no que tange aos trabalhos por mim executados, **que vier a dar causa** à instauração do regime de direção fiscal e/ou liquidação extrajudicial nos últimos 12 (doze) meses à data de instauração, poderá levar a indisponibilidade dos meus bens, com base no disposto no inciso I, do § 3º, do art. 24-A, da Lei 9.656/1998.

São Paulo, 3 de março de 2022.

Túlio M. Machado

Túlio Machado

MIBA 2.540



FUNCIONAL HEALTH TECH SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA

CNPJ 03.322.366/0001-75

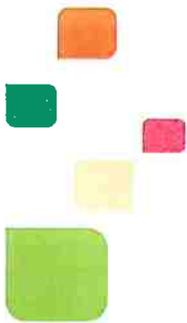
CIBA 098

Eu, Nilva Galli, CPF nº 017.672.368-40, representante da operadora UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE COOPERATIVA DE TRAB. MÉDICO, registrada sob o n.º 31.579-6 na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, declaro que as informações fornecidas para apuração das provisões técnicas são fidedignas e consistentes com os demonstrativos contábeis da operadora e das informações encaminhadas à ANS por meio do DIOPS-XML. Declaro ainda que, estou ciente das informações anteriores e que os valores de provisões apuradas por metodologia atuarial foram refletidas nos registros contábeis da operadora e no DIOPXML encaminhado à ANS.

Presidente Prudente/SP, 3 de março de 2022.

Nilva Galli

Diretor-Presidente



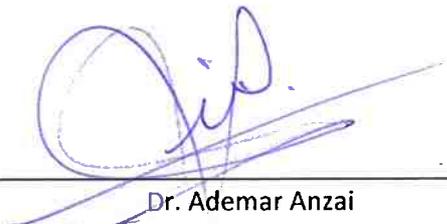
**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES**  
**FINANCEIRAS DA UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE FINDO EM 31 DE**  
**DEZEMBRO DE 2021.**

O Conselho Fiscal da Unimed de Presidente Prudente Cooperativa de Trabalho Médico, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração de Sobras e Perdas, Relatório da Administração, Notas Explicativas, todos os seus documentos e saldos figurantes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como o parecer dos auditores independentes emitido pela Walter Heuer – WH Auditores Independentes e sua opinião sobre as demonstrações financeiras examinadas, e que pode ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, sendo o que se recomenda.

Presidente Prudente, 09 de março de 2022.

  
\_\_\_\_\_  
Dr. Roberto Hiroshi Hasimoto  
Conselho Fiscal Efetivo

  
\_\_\_\_\_  
Dr. Fernando Spinosa Sesti  
Conselho Fiscal Efetivo

  
\_\_\_\_\_  
Dr. Ademar Anzai  
Conselho Fiscal Efetivo